

O MOVIMENTO DE REORIENTAÇÃO CURRICULAR NA IMPLANTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA EM CICLOS A PARTIR DE PRESSUPOSTOS DA PEDAGOGIA FREIREANA

AGUIAR, Denise Regina da Costa – PUC/SP – costaag@uol.com.br

RESUMO

O presente texto objetiva a análise do movimento de reorientação curricular e da proposta de implantação da organização da escola em ciclos numa concepção de educação crítico-emancipatória a partir de pressupostos freireanos. Entende a proposta de política pública implantada como uma possibilidade de uma práxis anti-hegemônica construída por todos os instituintes do processo a partir dos princípios de descentralização, participação, autonomia e dialogicidade, com o objetivo de oferecer uma escola pública, popular, democrática e com qualidade para todos. Para isso utilizo-me como aporte teórico fontes documentais oficiais da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo no período de 1989 a 1992, da revisão da literatura, das dissertações, teses e do estado do conhecimento sobre os ciclos, além da legislação pertinente ao tema.

Palavras-chave: reorientação curricular, ciclos, descentralização, participação, autonomia, dialogicidade, emancipação, pressupostos freireanos.

TEXTO INTEGRAL

A presente pesquisa tem por objeto de estudo a análise das possibilidades, considerando os seus limites, de implantação de uma proposta de política pública com qualidade tendo como ação para o alcance desta qualidade o movimento de reorientação curricular através da organização da escola em ciclos fundamentados na pedagogia freireana. Este trabalho configura-se como um recorte de minha pesquisa de doutorado, que está inserida numa pesquisa maior, mais ampla e coletiva desenvolvida por mestrados e doutorandos na Cátedra Paulo Freire, no Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo na PUC/SP.

O projeto da Cátedra Paulo Freire, sob a orientação da Prof^a Dr^a Ana Maria Saul, tem como propósito investigar a presença e as contribuições do pensamento e da pedagogia de Paulo Freire na educação brasileira a partir da década de 90, estudo este desenvolvido em diversos municípios.

A relevância do tema aqui apresentado justifica-se por ser uma proposta de implantação de uma política pública educacional que busca a construção de uma escola pública, popular, democrática e com qualidade social, entendendo-a como uma proposta de práxis anti-hegemônica numa concepção de educação humanizadora, crítica e emancipatória.

Tal política é concretizada através de ações descentralizadoras que possibilitam a construção curricular através da participação e do diálogo com todos os sujeitos envolvidos no processo, ou seja, docentes, discentes e comunidade escolar e da autonomia nas escolas para que estas possam construir suas propostas pedagógicas de acordo com as reais necessidades da comunidade escolar e da comunidade local.

Trata-se também de uma proposta de política pública educacional cidadã que tem como horizonte a construção de uma sociedade mais justa e humana.

Tal proposta se contrapõe como alternativa à proposta de política pública neoliberal intensificada também a partir da década de 90, com princípios antidemocráticos, num modelo de educação bancária e de gestão imposta de cima para baixo, de forma autoritária, por decretos, com diretrizes que apenas confirmam o poder do mercado econômico e legitimam a escola como um espaço classificatório e discriminatório, de reprodução do conhecimento “oficial”, de um currículo “pensado por experts” e imposição de uma cultura “dada” como certa, depositada, onde a criança é apenas consumidora de um saber elitista e excludente, consolidado por poucos para muitos.

A proposta neoliberal de educação tem contribuído para a solidificação de uma ideologia centralizadora de poder e de uma ética do mercado nas escolas, com um discurso e prática que propagam uma “falsa autonomia” e uma “pseudoparticipação”, ou seja, onde os envolvidos no processo são apenas executores de estratégias pensadas e estabelecidas pelos órgãos oficiais, onde participam das ações apenas como um trabalho voluntário ou através do cumprimento de tarefas, sem poder decisório e com o entendimento de que a autonomia resume-se a uma escolha dentre as metas já estabelecidas por decretos.

Nesta política o movimento de reorientação curricular é elaborado por assessores pedagógicos, nos gabinetes das Secretarias de Educação e aplicados através de manuais, cadernos de orientações curriculares, com expectativas de aprendizagens inalcançáveis,

totalmente descontextualizadas da realidade dos alunos, para todos os anos do ensino fundamental.

Pesquisas sobre a implantação da proposta neoliberal em educação evidenciam o princípio centralizador dessa política, através da não participação, da não autonomia das unidades educacionais na elaboração dos documentos, da prescrição curricular e da intensa fiscalização por parte dos órgãos centrais através de levantamento de dados e da avaliação externa que apenas mensuram os resultados, o rendimento dos alunos, onde o produto prevalece sobre o processo.

O que se evidencia também é a implantação da proposta da Progressão Continuada, como uma proposta neoliberal de educação que caminha para a superação do déficit numérico do desempenho de alunos na escola, porém dissociada da questão da qualidade social do ensino.

Então, para a discussão do movimento de reorientação curricular nos ciclos de aprendizagem através dos princípios da pedagogia freireana, utilizo-me como aporte teórico fontes documentais oficiais da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo no período de 1989 a 1992, da revisão da literatura, das dissertações, teses e do estado do conhecimento sobre os ciclos, além da legislação pertinente ao tema.

O movimento de Orientação Curricular através da implantação dos Ciclos de Aprendizagem na Rede Municipal de São Paulo, na Gestão de 1989 a 1992.

Em 1989, com o início da administração da Prefeita Luiza Erundina de Souza, cujo mandato foi exercido de janeiro de 1989 a dezembro de 1992, assume a Secretaria Municipal de Educação o Professor Paulo Freire, cujo mandato foi exercido de janeiro de 1989 a maio de 1991, quando, a pedido, foi substituído pelo Professor Mário Sérgio Cortella, que permaneceu à frente da Secretaria até o final da gestão dessa administração, dando continuidade à proposta já implantada.

Então, a administração consolida uma proposta político-pedagógica rumo à construção de uma escola pública, popular, democrática e de qualidade pautada em quatro principais objetivos, sendo:

- 1- ampliar o acesso e a permanência dos setores populares – virtuais únicos usuários da educação pública;

- 2- democratizar a gestão, o poder pedagógico e educativo para que todos, alunos , funcionários, professores, técnicos educativos, pais de família se vinculem num planejamento autogestionado, aceitando as tensões e contradições sempre presentes em todo esforço participativo, porém buscando uma substantividade democrática;
- 3- incrementar a qualidade da educação, mediante a construção coletiva de um currículo interdisciplinar e a formação permanente do pessoal docente;
- 4- eliminar o analfabetismo de jovens e adultos em São Paulo; (2001, p.14-15)

Na verdade, a reforma político-pedagógica propõe um caminho na contramão da história oficial, com fundamentos e práticas por vezes paralelas, porque busca construir uma concepção política e pedagógica a partir da diversidade dos movimentos sociais e que procura incluir o sujeito como um ser cultural, histórico, social e político dentro de uma sociedade mais justa e humana.

Para isso, Paulo Freire publica, com o objetivo de dialogar com todos, um primeiro documento no Diário Oficial do Município de São Paulo em 1º de fevereiro de 1989, com o título *Aos que fazem a Educação conosco em São Paulo*, definindo os eixos diretores da proposta de escola pública popular. (2001, p.15).

Paulo Freire insistia em dizer que a mudança na escola não se faz por imposição de um decreto, de forma autoritária, com medidas centralizadoras, de cima para baixo. Pelo contrário, afirmava que tal medida não garantiria em nada a melhoria da escola.

A mudança da escola não se faz de um dia para outro, *de terça para quarta-feira*. Ela se faz pelos seus instituintes, com o princípio da *dialogicidade*, ou seja, ouvindo e dialogando com todos da comunidade escolar (pais, educadores, alunos, funcionários, a própria comunidade em que a escola se situa e os especialistas das diferentes áreas de conhecimento).

Também assim se pronuncia Paulo Freire (2001):

Mudar a escola na direção que esta administração deseja, implica um trabalho profundo e sério com os educadores que tem a ver com a questão ideológica, com o assumir compromisso, com a qualificação dos profissionais e este caminho é, no meu entender, a dificuldade maior a transpor. Não considero também que seja uma dificuldade intransponível (p. 97).

Por isso, iniciou uma séria implantação, com o apoio de sua equipe, a partir da proposta de consolidar uma administração escolar por colegiados, promovendo a participação do Conselho de Escola como órgão deliberativo e de participação na gestão escolar, com a criação dos Conselhos Regionais de Escola (CRECE) por representatividade, com a descentralização de verbas para as escolas aplicarem de acordo com as suas reais necessidades e garantindo liberdade de escolha para a realização de projetos, promovendo, então, a autonomia pedagógica das unidades escolares.

Foram propostas dessa administração o Movimento de Orientação Curricular, o Projeto Interdisciplinar, os Grupos de Formação para Professores, Coordenadores Pedagógicos e Diretores de Escola; o Projeto Gênese, um programa voltado para a informática na escola para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, e o MOVA – Movimento de Alfabetização de Adultos.

Em maio de 1991, ao deixar a Secretaria da Educação, por solicitação própria, indicando para o cargo o Professor Mário Sérgio Cortella, Paulo Freire faz a sua fala de despedida, com o texto denominado *Manifesto à maneira de quem, saindo, fica*. (2001, p.144).

Em continuidade, o Professor Cortella assume a proposta - juntamente com toda a equipe e o apoio do Professor Paulo Freire - de participação de todos nas decisões e discussões de diversos temas que subsidiariam o Regimento Comum das Escolas Municipais, inclusive sobre a organização da escola em ciclos, e viabiliza, em toda a rede municipal, a discussão, seja através de plenárias nas escolas, realizadas pelos Conselhos de Escolas e pelos CRECEs, seja nos Núcleos de Ação Educativa, em plenárias regionais, e, posteriormente, em uma última plenária, em novembro de 1991, realizada no Centro Cultural de São Paulo, para a sua aprovação. O Conselho Estadual de Educação aprova, então, a implantação dos ciclos de forma experimental até julho de 1992. Foi estipulado o período de fevereiro a junho de 1992 para debates e alterações na proposta.

Uma revisão foi aprovada em julho de 1992 e a aprovação do documento final, em 05/08/1992, do Regimento Comum das Escolas Municipais pelo parecer CEE 934/02. Nesta plenária foi garantida a representação de todos os segmentos da comunidade escolar, ou seja, representantes dos Núcleos de Ação Educativa, funcionários, pais, alunos e representantes sindicais.

Para subsidiar o fazer pedagógico nas escolas, a formação permanente, a construção curricular, viabilizar o aprofundamento e a discussão dos temas, no *continuum* do proposto, a administração materializa as ações, “com o objetivo de responder às dúvidas surgidas na Rede sobre os temas”, através dos cadernos “Regimento em Ação”.

O caderno ***Regimento em ação 2***, busca cooperar com o debate e a reflexão nas escolas acerca do tema *Currículo: avaliação, promoção/retenção, Título III do Regimento Comum das Escolas Municipais*. Define e explica a concepção de avaliação proposta no Regimento Comum e procura responder às dúvidas e às questões sobre avaliação e registro, os sentidos de avaliar; a avaliação do aluno ao final do semestre e/ou ao final do ano, expressa através da atribuição de conceitos P, S, NS; como, quando e por que fazer o registro do processo ensino-aprendizagem; de que forma devem ser feitos os registros na Secretaria da Escola, como deve ser arquivado o registro das avaliações dos alunos, a atribuição de conceitos, a recuperação, a retenção no final do ciclo e em que fase do ciclo ficarão, o trabalho com classes heterogêneas, frequência dos alunos, a transferência dos alunos e a concepção de ciclos proposta no Regimento.

O caderno Regimento em ação 3, propõe “algumas contribuições da Filosofia, da História da Educação Brasileira e da Psicologia que fundamentam a organização da escola em ciclos, a abordagem qualitativa da avaliação, o agrupamento heterogêneo dos alunos e os cuidados com o registro do processo de aprendizagem”. Encontra-se dividido em 4 bases.

- I – Bases filosóficas e históricas;
- II – Bases Psicológicas;
- III – A escola e a organização em ciclos;
- IV – Avaliação e seu registro;

A proposta da reorganização da escola em ciclos visa combater a rígida seriação anual, a avaliação classificatória e a seletividade no ensino, já que ao longo dos tempos a escola expulsa milhares de alunos e deixa de garantir um direito que é de todos. Tal concepção de organização em ciclos foi amadurecida ao longo do processo de formação permanente, ao longo de três anos de administração, com objetivo de concretizar a proposta de reorientação curricular.

Para isso foram realizadas várias ações e projetos voltados para um trabalho com professores alfabetizadores, da educação infantil e do ciclo inicial, o atendimento ao professor da 5ª série e, posteriormente, aos educadores das 6ª séries e séries subseqüentes, considerando também a reorientação curricular do ensino noturno. Tais ações objetivaram romper com os limites impostos pela seriação e mostrar a necessidade de mudança na postura do professor com relação ao processo de construção do conhecimento do educando, ao respeito pelo seu ritmo e pelas suas experiências, considerando os avanços que realizou e aqueles que estaria próximo de alcançar.

O caderno- Regimento em Ação, n º 04, propõe a discussão com a comunidade escolar sobre as mudanças na escola, bem como o esclarecimento sobre os ciclos a partir de uma história em quadrinhos cujos personagens são pais de alunos. Aponta dados estatísticos através de tabelas e de gráficos, os índices de produtividade da escola seriada no período de 1984 a 1991, o número de alunos atendidos pela SME, o aumento do número de vagas, evolução do percentual de retenção de 1980 a 1991 e, por último, os dados referentes a rede física, ampliação, reforma e construção.

O caderno- Regimento em Ação, n º 05, destina-se a divulgar as decisões, como forma de acompanhamento da proposta da administração, e subsidiar o tema *A freqüência do aluno no ensino fundamental: uma responsabilidade coletiva*. Esclarece que o acesso e a permanência do aluno na escola são direitos de todos, solidificados pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, mas que estão longe de serem concretizados tanto pelo poder público como pela sociedade em geral. Por isso explicita a concepção de freqüência no Regimento das Escolas Municipais de São Paulo e tece algumas considerações acerca da aula como espaço de construção de conhecimento embasada por uma proposta pedagógica, como um espaço de compromisso com a aprendizagem e de autonomia do educador. A proposta da organização em ciclos, conforme disposto neste documento, não é uma proposta de promoção automática, mas sim a de assegurar um trabalho de qualidade, com um acompanhamento rigoroso pelo professor e pela equipe escolar, com registros sistematizados e avaliações contínuas, garantindo um real compromisso com a aprendizagem de todos os alunos.

O caderno-Regimento em Ação, n º 06, propõe o tema *A escola, os ciclos e a organização de classes*, para retomar e ampliar a discussão sobre a organização de classes

iniciada no Regimento em Ação nº 03 e superar as dificuldades do trabalho. Pontua os pontos negativos da organização de classes homogêneas, questiona o seu caráter seletivo e excludente e aponta a organização das classes heterogêneas como um princípio para a construção de uma escola democrática; retoma a construção do processo de conhecimento como uma mútua transformação entre realidade e sujeito e não uma mera memorização de informações transmitidas pelo professor a todos os educandos, igualmente e ao mesmo tempo. Neste documento, Paulo Freire mostra que a educação precisa não está somente no sujeito ou somente na realidade, *mas sim na subjetividade e na objetividade em permanente dialeticidade*. O documento é encerrado com os relatos de práticas de catorze professores da rede municipal de ensino, em diferentes classes e anos dos ciclos e ciclos, com classes heterogêneas.

A administração de Luiza Erundina procurou, desde sua instalação em 1989, em seus três primeiros anos, alicerçar, estruturar a base, com a participação de todos os envolvidos no processo educativo, propondo as seguintes ações: reestruturação da carreira do magistério; formação permanente do professor; valorização salarial para que o professor pudesse ter uma maior dedicação; envolvimento da comunidade e construção do trabalho coletivo. Em 1992, juntamente com o Regimento Comum das Escolas Municipais, materializa-se a proposta de organização da escola em ciclos, ou seja, o ensino fundamental passa a organizar-se em três ciclos: o ciclo inicial em três anos (antigas 1ª, 2ª e 3ª séries), o ciclo intermediário em três anos (antigas 4ª, 5ª e 6ª séries) e o ciclo final em dois anos (antigas 7ª e 8ª séries).

Além do Regimento Comum das Escolas Municipais, em continuidade do proposto para subsidiar o fazer pedagógico nas escolas, possibilitar a democratização da gestão, o movimento de reorientação curricular, a formação permanente, viabilizar o aprofundamento, acompanhamento e implementação da proposta político-pedagógica, a administração também materializa as ações e dialoga com todos os educadores da Rede Municipal, através de outros documentos, com o objetivo “construir junto” e de responder às dúvidas surgidas ao longo do processo sobre a proposta implementada. Dentre eles, destacam-se:

1- Cadernos de Formação - **Série: Ação Pedagógica na escola pela via da interdisciplinaridade**, contendo quatro documentos: O Caderno de Formação - **Série:**

Ação Pedagógica na escola pela via da interdisciplinaridade: O caderno 1 – *Um primeiro olhar sobre o projeto* apresenta a intencionalidade da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo na busca de uma Nova Qualidade de Ensino como uma das prioridades da administração. Destaca que esta prioridade vem se concretizando desde 1989, por várias ações, dentre elas, o Movimento de Reorientação Curricular. Caracteriza o Movimento de Reorientação Curricular como um processo de produção coletiva por todos os envolvidos, ou seja, pela escola, pela comunidade e por especialistas nas diferentes áreas do conhecimento. Discute os fundamentos da proposta pedagógica da escola pela via da interdisciplinaridade e os pontos principais da proposta: o trabalho coletivo, as posturas, os temas geradores, a formação dos educadores, a metodologia e o programa. E, por fim, propõe alguns encaminhamentos para a ação pedagógica na escola pela via interdisciplinar através do estudo preliminar da localidade, da escolha dos temas geradores e da construção em si do programa por cada escola.

O Caderno de Formação - **Série: Ação Pedagógica na escola pela via da interdisciplinaridade: O caderno 2** – *estudo preliminar da realidade local: resgatando o cotidiano* define o movimento de reorientação curricular através da proposta interdisciplinar, considerando a necessidade de resgatar a identidade do educador como sujeito histórico de sua prática e de seu tempo. E, a concepção de currículo numa perspectiva da teoria crítica objetivando sua construção em processo. Pretende contribuir com a discussão sobre a descrição do processo do estudo preliminar da realidade local através da pesquisa participante com dados quantitativos, apresentar sugestões de práticas de encaminhamentos na busca de informações e coleta de dados na comunidade local e na comunidade escolar e pontuar alguns indicadores para análise das informações e dos dados.

O Caderno de Formação - **Série: Ação Pedagógica na escola pela via da interdisciplinaridade: O caderno 3** – *tema gerador e a construção do programa: uma nova relação entre currículo e realidade* procura registrar o embasamento teórico dos princípios da proposta político-pedagógica implementada e registrar as práticas das escolas, os encaminhamentos e propostas pela via do tema gerador. Apresenta o embasamento teórico e conceitual do tema gerador e sugere caminhos e etapas básicas para a construção de um programa escolar pela proposta interdisciplinar via tema gerador: do levantamento preliminar da localidade às situações significativas; das situações significativas aos temas

geradores; dos temas geradores às questões geradoras e ao esboço do programa; do esboço à organização do programa.

O Caderno de Formação - **Série: Ação Pedagógica na escola pela via da interdisciplinaridade: o caderno 4** – *metodologia dialógica*.

2- Cadernos de Formação - **Série: Construindo a Educação de Jovens e Adulto Trabalhador**, contendo os documentos: - Reorientação Curricular do Ensino Noturno.

3- Cadernos de Formação – **Série Grupos de Formação**, contendo documentos com diferentes temáticas através de texto-diálogo.

4- Relatos de Práticas Pedagógicas: Desafios Pedagógicos dentro de uma proposta sócio-construtivista.

5- Movimento de Reorientação Curricular - **Visão da Área** – Português, Matemática, Geografia, História, Artes, Educação Física, Ciências, Inglês. Cadernos específicos de formação dos educadores para o aprofundamento das áreas de conhecimento e que subsidiaram a construção de um programa curricular em cada escola, auxiliando-a no re-olhar dos temas geradores, na elaboração das questões geradoras e na seleção dos conteúdos.

Conclusão

O movimento de reorientação curricular juntamente com a organização da escola em ciclos foram implantados na Rede Municipal de São Paulo, no período de 1989 a 1992, através de uma proposta crítico-emancipatória para a educação, com o objetivo de combater o caráter seletivo, elitista e excludente que norteava, até então, as práticas pedagógicas nas escolas públicas municipais.

Essa proposta caracterizou-se por um projeto ousado e inovador, que assumiu o desafio de construção de uma escola pública popular, democrática e com qualidade, um processo pedagógico compromissado com uma práxis anti-hegemônica e que serve como referência para outros municípios que tenham a intencionalidade de implantação de uma proposta de política pública a partir de pressupostos freireanos.

A administração utilizou-se de ações que propiciaram discussões e debates em todas as instâncias educacionais com representatividade de todos os segmentos da comunidade

escolar e comunidade local, propôs mudanças estruturais fundamentais, como a estruturação da carreira do magistério, a jornada integral para o docente, a formação de professores, o movimento de reorientação curricular, o fortalecimento do trabalho coletivo na escola, a construção do projeto político pedagógico de cada unidade educativa, a implantação da organização da escola em ciclos.

É uma proposta que “esperança” combater a desigualdade, a exclusão, o caos, presente no cotidiano de muitas escolas, reflexo também de uma estrutura maior, de uma sociedade injusta, violenta e discriminatória.

Referências bibliográficas

BAHIA, Norinês Panicacci. **Enfrentando o fracasso escolar: inclusão ou reclusão dos excluídos?** Tese de doutorado, São Paulo: PUC, 2002. Texto mimeografado.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá e MITRULIS, Eleny. Os ciclos escolares: elementos de uma trajetória. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: 1999, n ° 108, pp. 27-46.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá e SOUSA, Sandra Zákia. Estudos sobre os ciclos e progressão escolar no Brasil: uma revisão. **Educação e Pesquisa**, São Paulo: 2004 v.30, n ° 1, pp. 31-50.

BORGES, Isabel Cristina Nache. **Políticas de currículo em conflito: uma análise da estrutura curricular em ciclos na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1989-1997)**. Dissertação de mestrado, São Paulo: PUC, 2000. Texto mimeografado.

CORTELLA, Mário Sérgio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. 5ªed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 38ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho d' Água, 1995.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 20ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **A Educação na Cidade**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREITAS, Luiz Carlos. **Ciclos, seriação e avaliação**. São Paulo: Moderna, 2003.